



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18.276
H

PARECER PJ/CT/I N.º: 284 /14 - PJ

INTERESSADO: GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO N.º: SMA Nº 696/2012 - ACOMPANHA O PROCESSO 225/2007.

ASSUNTO: MINUTA DE DELIBERAÇÃO CONSEMA - DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - LEI COMPLEMENTAR 140/2011.

DATA: 01/04/2014

Às Diretorias C e I

Retornam os autos a este Departamento Jurídico para manifestação a respeito da nova proposta de Deliberação normativa do CONSEMA, que tem por objeto a descentralização do licenciamento ambiental no Estado de São Paulo, observando, para tanto, a Lei Complementar 140/12, que fixou normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência relativa à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

A respeito da questão já nos pronunciávamos por meio dos Pareceres PJ nºs. 193/2013/PJC e 300/2013/PJM, observando que naquelas oportunidades as minutas analisadas (fls. 47/62 e 110/121) contemplavam as vertentes florestais relativas à emissão de Autorizações para Intervenção em Área de Preservação Permanente, com ou sem vegetação, e supressão de vegetação

- 1 -

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900, - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3330 - Telex.: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br

NIS 1667241

Handwritten signatures and initials.



nativa do Bioma Mata Atlântica, além de apresentarem listagem de atividades em que se entendia que haveria impacto estritamente local.

Após nossa manifestação foi acostada aos autos a minuta de fls. 128/143, na qual foram inseridos no Anexo Único o Código Nacional de Atividade Econômica de cada uma das atividades relacionadas, tendo sido excluído o item II do referido anexo, que previa as hipóteses de concessão de Autorização e Alvará pelos municípios.

Das diversas Atas de Reunião da Comissão Processante e de Normatização (doravante denominada neste parecer de CPN) do CONSEMA releva, para fins de nossa manifestação, retratar as seguintes deliberações:

- Ata da 16ª Reunião ocorrida em 07.04.2012:

Alterar o *caput* do artigo 8º para "nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais, os municípios poderão licenciar quaisquer dos empreendimentos ou das atividades constantes nesta deliberação, apenas quando os parâmetros urbanísticos e padrões ambientais da legislação de uso e ocupação do solo local se coadunem com a legislação estadual aplicável para cada área".

- Ata da 34ª Reunião ocorrida em 27.05.2013:

"O representante da PGE argumentou que deveriam ser retirados os artigos que tratam a supressão da vegetação.

Na sequência discutiu-se a redação do artigo 2º a) a definição do conceito de potencial poluidor b) foi retirado da norma o conceito de poluição e degradação (incisos IV e V): o Inciso IV foi transformado em parágrafo único.

Artigo 3º - foi alterado, retirando-se as menções às autorizações e a expressão 'nos casos de licenciamento'. O artigo 3º passou a ser o artigo 1º da minuta, suprimindo-se o artigo 1º.

Artigo 4º - foi alterada a redação do caput para '... município deverá dispor' adequando-se a redação dos incisos subsequentes.

Artigo 5º - foi sugerida a supressão total desse artigo e seus respectivos parágrafos.

Artigo 6º, 7º e 8º - foram suprimidos também, pois tratam de supressão de vegetação.



Artigo 9 – foi alterada a redação fazendo-se menção à necessidade de observação da legislação específica sobre áreas de proteção dos mananciais, sem prejuízo da tipologia fixada pela Deliberação”.

Artigo 10 – Discutiu-se a questão relacionada à metragem limite das atividades industriais (...)

Quanto à metragem foram encaminhadas duas propostas: uma pela CETESB de 1000 m² e outra pelo Relator de 2500 m² (...).

Ata da 36ª Reunião ocorrida em 13.02.2014:

(...)

Artigo 5º - Estabelecimento da metragem: fundamentado na legislação específica das bacias sugeriu-se área limite de construção de 10.000 m².

(...)

Ata da 37ª Reunião ocorrida em 17.02.2014:

O relator faz breve explanação dos fundamentos da deliberação e da listagem das atividades.

Salienta que a grande questão está em relação à ÁREA. Foram várias propostas: 300 m², 1000 m², 2500 m². Por sugestão da ANNAMA priorizou-se o parâmetro já instituído na Lei dos Mananciais, onde dispõe que os Municípios podem licenciar “acima” de 10.000 m²(sic).

Outra fonte de fundamentação foram os convênios já firmados com o Estado.

O presidente encaminhou votação tendo em mente o porte;

5 conselheiros votaram 10.000m² e 3 conselheiros votaram 2.500 m², dentre estes o representante da CETESB.

A última versão da minuta proposta encontra-se acostada às fls. 259/270, acompanhada do Relatório de Conselheiro de fls. 256/258.

É o relatório do necessário. Passamos à manifestação.

Em que pese o longo processo de análise a que foi submetida a proposta de Deliberação encaminhada pela CETESB ao CONSEMA e as diversas manifestações tomadas por termo em atas efetivadas nas várias reuniões da Comissão Temática Processante de Normatização do Conselho Estadual de Meio Ambiente, não há como a CETESB, entidade licenciadora, que exerce tal atribuição em caráter exclusivo no âmbito do Estado de São Paulo e que será diretamente afetada pela decisão que vier a ser adotada



pelo CONSEMA, concordar com as alterações procedidas pelas razões técnicas, jurídicas e práticas que passa a expor.

Inicialmente de se consignar que a minuta encaminhada pela CETESB (fls.110/121) foi depois complementada por esta Companhia com os Códigos CNAE; ocorre que nos autos não se encontra esta nova minuta, mas o que se vê é que a proposta da CETESB foi alterada num primeiro momento para a versão de fls.129/143 e a final para a proposta de fls. 259/270.

Assim, para identificarmos os aspectos que merecem nossas considerações, nos reportaremos às várias minutas constantes dos autos.

1 - Com relação ao licenciamento a ser procedido em Áreas de Proteção (e Recuperação) aos Mananciais.

A minuta final proposta pela CPN não faz referência, em seu anexo único, ao rol de atividades em Áreas de Proteção aos Mananciais, razão pela qual nos reportaremos à minuta oferecida inicialmente pela CETESB.

A CETESB, no art.8º, da proposta que encaminhou (110/121), reportando o quanto estabelecido nas leis específicas, condicionava a possibilidade de licenciamento no âmbito municipal das atividades situadas nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais à compatibilização da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo - no que diz respeito aos parâmetros urbanísticos e padrões ambientais - à legislação estadual.

Com a alteração da redação proposta pela CPN - art. 4º (fls.259/270) - houve uma simplificação que não se coaduna com os ditames das normas específicas conforme mencionado acima.

As leis que dizem respeito às áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais, como já se disse, têm regras próprias que não podem ser ignoradas no processo de licenciamento municipal, notadamente no que diz respeito à compatibilização mencionada. Os municípios que se localizam em APRM para poderem proceder ao licenciamento ambiental em seus respectivos territórios devem necessariamente ter sua legislação municipal compatibilizada com os parâmetros previstos nas leis específicas¹ de

¹ Decreto 51.686/2007

Artigo 16 - Poderão ser licenciados pelos Municípios, sem a participação do Estado, as seguintes obras, empreendimentos e atividades:
(...)



CETESB

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18/2/30

proteção aos mananciais, sob pena de não poderem realizar o licenciamento.

Assim, não basta, nestas Áreas, que o município observe a legislação estadual como preconiza a simplista redação do art. 4º da minuta final proposta pela Comissão; o município **não poderá** proceder ao licenciamento em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais se as leis municipais não estiverem compatíveis com a estadual.

Assim, o licenciamento em APRM das atividades listadas no anexo da proposta encaminhada pela CETESB (fls.110/121), só pode ser realizado pelo município se a lei municipal, no que diz respeito aos parâmetros ambientais e urbanísticos, for compatível com a respectiva estadual, não cabendo, repita-se, a simplificação procedida.

Com relação ao Item 12 do Anexo da proposta onde a CETESB listou expressamente algumas atividades específicas para Áreas de Mananciais (fls.110/121), de se saber que estas foram eleitas pelas próprias leis de Proteção e Recuperação dos Mananciais como sendo de competência dos Municípios, valendo para estas hipóteses a obrigatoriedade de compatibilização, razão pela qual o rol listado nesse item do Anexo **não poderá ser de lá extirpado**.

Assim, verifica-se que a Comissão simplificou por demais a proposta, desatendendo com isso ao quanto previsto nas leis de proteção e recuperação dos mananciais, em especial o requisito da compatibilização, sem atendimento do qual não será possível ser realizado o licenciamento no âmbito municipal.

No que diz respeito às Áreas de Proteção aos Mananciais (Cabuçú, Cantareira, Engordador, Tanque Grande, Capivari e Monos, Cotia, Guaió, Itapanhaú, Itatinga, Jundiá, Juqueri, Taiacupeba, Tietê, Jaguari, Biritiba e Juqujá) deve ser observado que para que o município proceda ao

§ 2º - O licenciamento das atividades, empreendimentos e obras de que trata este artigo, sem a participação do Estado, dependerá da compatibilização da legislação municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo às disposições da Lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006, e da existência de corpo técnico e de conselho municipal de meio ambiente, nos termos da legislação pertinente.

Lei 13.579/2009

Artigo 62 - As atividades de licenciamento atribuídas ao Estado poderão ser delegadas aos Municípios, por intermédio de convênios, desde que a legislação municipal, inclusive de parcelamento do solo, esteja em conformidade com a Lei nº 9.866, de 28 de novembro de 2007 e com esta lei.

Artigo 63 - O alvará de que trata o artigo 59 desta lei poderá ser expedido pelo Município, desde que a lei municipal esteja compatibilizada com as disposições desta lei, nos seguintes casos: (...)"

- 5 -

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3330 - Telex.: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br

NIS 1667241

Handwritten signature and initials.

15.281
A

licenciamento ambiental das atividades listadas nos itens 1 a 7 e 12 da minuta proposta (fls. 110/121) é suficiente que o mesmo observe a legislação estadual vigente no que pertine aos índices urbanísticos e ambientais, bem como às regras de compensação ambiental e demais disposições.

Considerando os aspectos acima propomos que o Art. 4º da redação sugerida pela Comissão seja desmembrado em dois outros, ou seja, 8º e 9º da nova minuta ora proposta e encaminhada Anexa ao presente parecer, cuja sugestão segue:

Art. 8º- Nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM do Estado de São Paulo, o licenciamento das atividades constantes do Anexo único somente poderá ser procedido pelo município se a legislação municipal estiver compatível com a legislação estadual.

Art. 9º - Nas Áreas de Proteção aos Mananciais - APM da Região Metropolitana de São Paulo o licenciamento das atividades constantes do Anexo único poderá ser procedido pelo município desde que observada a legislação estadual vigente.

Em conclusão sempre que a Deliberação se reportar a essas áreas, deverá mencionar APRM e APM, já que são regidas por normas diferentes conforme já expusemos.

Diante disso, recomendamos a adoção das redações acima propostas e da relação abaixo para compor a alínea "f", do Item II, do Anexo único, a saber:

Nas Áreas de Proteção aos Mananciais - APM ou de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM, observando-se os artigos 8º e 9º desta Deliberação, os seguintes:

- residências unifamiliares;
- parcelamento do solo, apenas para desdobro e desmembramentos de glebas em até 10 lotes;
- empreendimentos comerciais, de serviços, institucionais ou de uso misto limitados a 10.000 m² (dez mil metros quadrados) de área de construção;
- movimentação de terra em volume inferior a 4.000 m³ (quatro mil metros cúbicos) ou que interfira em área inferior a 8.000 m² (oito mil metros quadrados).

47
T



18.282
EF

- **os empreendimentos e atividades mencionados nos itens I "a" até "f" desde que compatíveis com a legislação estadual de Proteção dos Mananciais;**

2 – Com relação ao critério de porte adotado pela CETESB:

Verifica-se que a Comissão sugeriu alterar a proposta da CETESB para o critério de porte, de 2.500m² para 10.000 m², com a qual a CETESB também não pode concordar, senão vejamos.

A minuta de Deliberação CONSEMA (fls.259/270) propõe que os empreendimentos industriais listados em seu anexo poderão ser licenciados pelos municípios se possuírem área construída igual ou inferior a 10.000m², sendo que a escolha dessa linha de corte, segundo relatório constante do respectivo processo, estaria fundamentada na Lei 12.233/2006, que trata da área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.

Essa lei específica elenca (artigo 60) os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento a ser procedido pelo órgão estadual competente, definindo no § 1º, do mesmo artigo, que os empreendimentos de uso não residencial de porte significativo são aqueles que apresentem área construída igual ou acima de 10.000 m².

O que se depreende da proposta de aumento da linha de corte relativa a porte é que a Comissão, por exclusão, concluiu que os empreendimentos industriais com área construída igual ou inferior a 10.000m² seriam de baixo impacto ambiental, o que também não pode ser mantido pelos motivos a seguir.

Primeiramente há de se destacar que a Lei 12.233/06 (APRM Guarapiranga), de onde foi extraída por analogia a linha de corte de 10.000m², tem por objetivo proteger os mananciais da respectiva Bacia Hidrográfica e não disciplinar o licenciamento de fontes de poluição ambiental de origem industrial.

O limite de 10.000m² a que se reporta a Lei Específica diz respeito a "empreendimentos de uso não residencial", ou seja, **empreendimentos comerciais, de serviços e institucionais** que, via de regra, não possuem fontes potenciais de poluição.

Handwritten signature and initials.



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

18283
AF

Quando se fala em licenciamento de fontes de poluição, ampliar a área construída para 10.000m² é oportunizar que fontes industriais de significativo impacto sejam implantadas sob o licenciamento exclusivo do município, o que acaba por descaracterizar o objetivo da Deliberação.

De se destacar que empreendimentos de maior porte são mais relevantes do ponto de vista ambiental, uma vez que apresentam maior número de equipamentos potencialmente causadores de poluição ambiental nos diversos meios físicos (ar, água, ruídos, vibração, etc.), consomem mais matérias primas e água e geram maior quantidade de resíduos sólidos e efluentes líquidos, merecendo que o controle dos mesmos seja efetuado no âmbito estadual.

Ademais, empreendimentos de grande porte (com área construída de até 10.000 m²) podem ter expressivas emissões de poluentes atmosféricos, que impliquem a imposição de restrições fixadas pelo Decreto Estadual nº 59.113, de 23/04/2013. Esse decreto, entre outros dispositivos, definiu os novos padrões de qualidade do ar e estabeleceu a obrigatoriedade de a CETESB elaborar um Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias - PREFE para as fontes de poluição que se encontrem em operação em regiões que não atendam aos novos padrões de qualidade. Essas ações de controle ambiental, que passam necessariamente pela redução de emissões ao longo do exercício das atividades e que devem ser incorporadas como condicionantes das Licenças ambientais concedidas, somente serão possíveis se o Estado detiver o licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos.

Destaque-se, outrossim, que a CETESB defende a adoção dos 2.500 m² como critério de porte balizada em sua longa experiência no exercício de suas atribuições de licenciamento ambiental, sendo que esse limite de porte atende à maior parcela dos empreendimentos de baixa significância ambiental.

Além disso cabe consignar que essa linha de corte de 2.500 m² já vem sendo adotada pela legislação desde o advento da Lei estadual nº 1.817/78, que trata do zoneamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo, para classificar, no que diz respeito ao porte, os empreendimentos industriais de baixa significância.

Quanto à listagem de empreendimentos e atividades industriais integrante do anexo único da minuta de Deliberação proposta pela CPN (fls.259/270),

67
AF

observamos que foram incluídos os seguintes que, em nosso entendimento, deveriam ser suprimidos do texto:

- *Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente - Código CNAE 2219-6/00.*

Justificativa técnica: Essa atividade é fonte potencialmente significativa de poluição ambiental, em especial de poluição atmosférica. Essa situação pode ser magnificada no caso de empreendimentos de grande porte (maiores que 2.500 m²).

- *Hotéis - Código CNAE 5510-8/01.*

Justificativa técnica: Essa atividade não é, de forma geral, licenciada pela CETESB. Hotéis só são submetidos ao licenciamento da CETESB se queimarem combustível líquido ou sólido. Atualmente, a grande maioria desses empreendimentos queima combustível gasoso, situação na qual deixam de ser submetidos ao licenciamento ambiental.

- *Apart-hotéis - Código CNAE 5510-8/02.*

Justificativa técnica: Apart-hotéis só são submetidos ao licenciamento da CETESB se queimarem combustível líquido ou sólido. Atualmente, a grande maioria desses empreendimentos queima combustível gasoso, situação na qual deixam de ser submetidos ao licenciamento ambiental.

- *Motéis - Código CNAE 5510-8/03.*

Justificativa técnica: Motéis só são submetidos ao licenciamento da CETESB se queimarem combustível líquido ou sólido. Atualmente, a grande maioria desses empreendimentos queima combustível gasoso, situação na qual deixam de ser submetidos ao licenciamento ambiental.

- *Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos - Código CNAE 5819-1/00.*

Justificativa técnica: a mera atividade de edição, se não for integrada à impressão, não está sujeita ao licenciamento da CETESB, por não caracterizar atividade industrial. A edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos - Código CNAE 5829-8/00 pertence à listagem do anexo único.

- *Envasamento e empacotamento sob contrato - Código CNAE 8292-0/00.*

Justificativa técnica: Essa atividade só está sujeita ao licenciamento da CETESB se estiver associada à atividade de depósito ou comércio atacadista de produtos químicos ou de produtos inflamáveis. O envasamento e

18285
A

empacotamento, se considerados de forma genérica e isoladamente, não estão sujeitos ao licenciamento ambiental.

3. Supressão de vegetação nativa e intervenção em APP.

Denota o Relatório preparado pelo Conselheiro Relator que a CPN decidiu pela exclusão dos dispositivos que tratavam da supressão de vegetação e intervenções em APP, para posteriormente acerca dos temas editar Deliberação específica.

Ocorre que no entender desta Companhia não é possível tal exclusão, senão porque é de extrema importância que tais aspectos sejam considerados no momento do licenciamento ambiental a ser procedido pelo município, como também porque a exclusão desse tema da Deliberação permitirá a incorreta leitura do § 2º do Art. 13, da Lei Complementar 140/11², no sentido de que o município poderá autorizar qualquer tipo de supressão de vegetação nas atividades por ele licenciadas, o que é **absolutamente incorreto** se levarmos em conta a legislação específica que trata da matéria.

Note-se que a Lei Complementar federal nº 140/11 tem característica de norma geral, enquanto que as normas que tratam da supressão de vegetação e de intervenção em APP, por serem específicas, não podem ser superadas pela regra geral prevista na Lei Complementar.

Assim, não foi por outra razão que a CETESB, ao preparar a minuta que encaminhou ao CONSEMA (fls. 110/121), tratou da questão indicando a necessidade de regradar as hipóteses de emissão de Autorizações pelo município à luz da legislação específica, como, por exemplo, nos casos em que se tratar de supressão de vegetação nativa no estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, situada em área urbana, que só poderá ser autorizada mediante anuência do Estado³.

Não pode em hipótese alguma o município entender que poderá ignorar as leis específicas, razão pela qual a CETESB propôs nesta Deliberação deixar

² "A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador".

³ Art. 14 (...)

§ 2º - A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente, fundamentada em parecer técnico.

G
F



PR. 286
AF

bem claras as hipóteses de Autorizações que estas leis permitem que o município emita para as supressões de vegetação dentro ou fora de APP.

Caso não se trate da questão florestal na Deliberação haverá certamente um descompasso no licenciamento ambiental a ser procedido pelo município, cuja validade das licenças poderá ser questionada, com consequências para a própria municipalidade, a CETESB e notadamente para o usuário e para a coletividade.

Aliás, neste aspecto, cumpre também salientar que havia sido proposta pela CETESB (versão de fls.129/143) a seguinte redação para o art. 12, que foi desconsiderada pela CPN:

"Art. 12 - Sempre que um empreendimento ou atividade estiver, simultaneamente, sujeito à emissão de licenças ambientais ou autorizações por parte do município e à emissão de Autorizações ou licenças ambientais por parte da CETESB, esta será responsável pela emissão da totalidade dos documentos."

A razão de ter a CETESB proposto tal inclusão outra não foi senão a de contemplar as hipóteses em que a legislação específica não permite que a Autorização seja procedida pelo município, mas confere exclusivamente ao Estado a atribuição de autorizar a supressão. Exemplo disso vem disposto no Art. 30 da Lei 11.428/2006 que dispõe sobre a utilização e proteção do Bioma Mata Atlântica⁴

Ressalte-se que, do ponto de vista do usuário, o estabelecimento, em uma única Deliberação, de regras claras para o licenciamento ambiental municipal e a emissão de autorizações florestais e alvarás desburocratiza e agiliza sobremaneira o processo de licenciamento.

⁴Art. 30 - É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I - Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente (...)

47
AF



18.287
A-

4. Com relação aos aspectos de Avaliação de Impacto Ambiental

Relativamente a estes aspectos sugere-se que sejam **excluídos** da minuta de Deliberação constante de fls. 259/270 o licenciamento de:

- alínea "a" - **Heliponto e Recuperação de aterros e contenção de encostas em vias municipais.**

Justificativa Técnica: a exclusão se justifica uma vez que estas obras já são licenciadas pelos municípios;

- alínea "b" **Galerias de águas pluviais.**

Justificativa Técnica: a exclusão se justifica uma vez que estas obras já são licenciadas pelos municípios;

- alínea "b" **Reservatórios de água tratada e Estações Elevatórias; Estações Elevatórias de esgotos, coletores-tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais, desde que ligados a uma estação de tratamento de esgotos.**

Justificativa Técnica: estas atividades são licenciadas pelo Estado vez que compõem um sistema integrado de saneamento;

- alínea "d" **Coleta de resíduos não-perigosos.**

Justificativa Técnica: estas atividades já são licenciadas pelos municípios;

Sugere-se ainda que sejam **alterados:**

- alínea "c" para contemplar a seguinte redação: **"Projetos de lazer, cujos impactos ambientais não ultrapassem o território do município e tenham capacidade máxima para atendimento inferior a 2.000 pessoas por dia".**

Justificativa Técnica: se justifica a alteração pelo histórico de licenciamento dessa atividade na CETESB, sendo que, acima desse limite de porte, os potenciais impactos ambientais, como o aumento do tráfego local, do consumo de água e da geração de efluentes líquidos, merecem a avaliação e o controle no âmbito estadual;

- alínea "f" para contemplar a seguinte redação: **"Linha de transmissão e linha de distribuição de alta tensão, e respectivas subestações com**

th
A-


área igual ou inferior a 10.000 m², desde que totalmente inseridas no território do Município".

5. Conclusão


Em resumo, ante as questões ora levantadas entendemos que a Deliberação, da forma como proposta pelo CPN, não poderá ser aprovada pelo CONSEMA, merecendo nova discussão para adequação técnica, jurídica e prática de modo a contemplar os importantes aspectos acima retratados.

Isto posto, procedemos o encaminhamento do presente parecer conjunto, acompanhado da minuta de Deliberação que contempla o posicionamento das áreas técnicas e jurídica da CETESB, ao Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental e à Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental para análise, e se de acordo, posterior encaminhamento à Presidência desta Companhia para envio à Comissão Técnica Processante e de Normatização do CONSEMA.

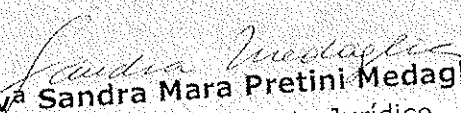
É o parecer conjunto.


Engº Mauro Kazuo Sato

Gerente do Departamento de Apoio Técnico
Reg. 2595-4 - CREA 060077190


Geogr. Tracy Xavier da Silva

Assistente Executiva da Diretoria de
Avaliação de Impacto Ambiental
Reg. 3970 - CREA 060102720-8


Advª Sandra Mara Pretini Medaglia

Gerente do Departamento Jurídico
Reg. 6780 - OAB/SP 107.073



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

18.289
[assinatura]

MINUTA de Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014

De...de.....de 2014

... Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

Fixa tipologia para o exercício da competência municipal no âmbito do licenciamento ambiental e da emissão de autorizações, nos termos, respectivamente, do Art. 9º, inciso XIV, alínea "a", e inciso XV, alínea "b", da Lei Complementar Federal 140/2011.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no exercício de sua competência legal, e

Considerando que, de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal de 1988 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "proteger as paisagens notáveis", "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas", bem como "preservar as florestas, a fauna e a flora";

Considerando a Lei Complementar n.º 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da mencionada competência comum;

Considerando que, no licenciamento ambiental, o Município observará necessariamente a legislação ambiental e os padrões de qualidade estaduais e federais, sendo sua opção a criação de legislação ambiental municipal mais restritiva que a estadual;

Considerando que o licenciamento ambiental municipal atenderá ao princípio da publicidade nas decisões, princípio consolidado nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal e na Lei Federal n.º 10.650/2003, dentre outros dispositivos legais;

DELIBERA:

Art. 1º – Para os fins desta Deliberação, consideram-se as seguintes definições:

I, – Árvores isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais ou savânicas, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;

II – Vegetação pioneira: vegetação caracterizada de acordo com a Resolução CONAMA nº 1, de 1994, cujo corte é livre, conforme a Lei Federal nº 11.428/2006;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

18.290
18.290

III - Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer estratos arbustivos, conforme caracterização definida nas Resoluções CONAMA nºs 01/1994 e 388/2007;

IV - Vegetação em estágio inicial de regeneração: é aquela cuja fisionomia varia de savânica a florestal baixa, podendo ocorrer estrato herbáceo e pequenas árvores, com os estratos lenhosos variando de abertos a fechados, apresentando plantas com alturas variáveis, conforme características definidas nas Resoluções CONAMA nºs 01/1994 e 388/2007;

V - Vegetação em estágio médio de regeneração: é aquela cuja fisionomia florestal apresenta árvores de vários tamanhos, com presença de camadas de diferentes alturas, sendo que cada camada apresenta-se com cobertura variando de aberta a fechada, podendo a superfície da camada superior ser uniforme e aparecer árvores emergentes, conforme características definidas nas Resoluções CONAMA nºs 01/1994 e 388/2007;

VI - Área de Preservação Permanente: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas, conforme estabelece o Artigo 4º da Lei Federal nº 12.651/2012;

VII - Porte: dimensão física do empreendimento, mensurada pela área construída em metros quadrados (m²);

VIII - Potencial poluidor: possibilidade de uma atividade causar degradação.

IX - Poluição: a degradação da qualidade ambiental, resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) Afetem desfavoravelmente a biota;
- d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) Lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

X - Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente.

XI - Natureza da atividade: enquadramento do empreendimento de acordo com o CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas ou descrição da intervenção ou ocupação a ser licenciada.

XII - Impacto ambiental local: o impacto ambiental que não ultrapasse o território do Município.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA



Art. 2º - Compete ao órgão ambiental municipal o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que possam causar impacto ambiental local, conforme tipologia definida na presente deliberação, bem como a concessão de autorizações, nos casos relacionados no item II do anexo único.

Parágrafo único - A tipologia fixada no anexo único desta deliberação considera, para definição de impacto local, nos casos de licenciamento, os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Art. 3º - Para o exercício do licenciamento ambiental, o Município deverá atender às seguintes condições:

I - Dispor de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas concernentes ao licenciamento ambiental, o qual deverá possuir técnicos próprios ou em consórcio, em número compatível com a demanda de tais ações;

II - Contar com equipe multidisciplinar formada por profissionais qualificados, legalmente habilitados por seus respectivos órgãos de classe e com especialização compatível com o bom desempenho das atividades a serem desenvolvidas;

III - Demonstrar a existência e funcionamento regular de Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e composto paritariamente por órgãos do setor público e entidades da sociedade civil;

IV - Contar com sistema de monitoramento e fiscalização ambiental que garantam o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.

Art. 4º - Para a concessão de autorizações para intervenção em Área de Preservação Permanente em área urbana desprovida de vegetação nativa, coberta por vegetação pioneira ou árvores isoladas, o Município deverá possuir, além dos requisitos do Art. 3º da presente deliberação, plano diretor ou lei de diretrizes urbanas.

§ 1º - Somente poderá ser concedida a autorização prevista no caput nas hipóteses de utilidade pública, interesse social e baixo impacto estabelecidas na legislação federal e estadual.

§ 2º - Na caracterização da cobertura vegetal da área de preservação permanente, será levado em conta que a vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica não perde sua classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

Art. 5º - Observado o disposto no artigo anterior, os Municípios poderão autorizar a intervenção nas Áreas de Preservação Permanente urbanas em que houver vegetação em estágio inicial de regeneração, mediante prévia anuência da CETESB.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

18.292
A

Art. 6º - Compete ao Município a concessão de autorização para supressão de árvores isoladas em área urbana localizadas fora de Área de Preservação Permanente (APP).

Art. 7º - Nas áreas inseridas no Bioma Mata Atlântica, localizadas no perímetro urbano, compete ao Município autorizar a supressão de vegetação secundária nos estágios inicial e médio de regeneração, fora de área de preservação permanente, mediante prévia anuência da CETESB.

Parágrafo único – Nas hipóteses previstas no *caput*, compete exclusivamente à CETESB a concessão de autorização para a supressão de vegetação em se tratando de parcelamento do solo urbano ou implantação de condomínio.

Art. 8º – Nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM do Estado de São Paulo, o licenciamento das atividades constantes do Anexo único somente poderá ser procedido pelo município se a legislação municipal estiver compatível com a legislação estadual.

Art. 9º - Nas Áreas de Proteção aos Mananciais - APM da Região Metropolitana de São Paulo, o licenciamento das atividades constantes do Anexo único poderá ser procedido pelo município desde que observada a legislação estadual vigente.

Art. 10 - Os empreendimentos e atividades listados no item I.e do anexo único que, depois de receberem a Licença de Operação expedida pelo Município, venham a ampliar sua área construída de maneira a ultrapassar o limite de 2.500 m² de área construída total ou passem a utilizar as operações descritas no item I.e, terão seu licenciamento realizado pela CETESB.

Art. 11 - Será realizada pelo Município a renovação da Licença de Operação de empreendimentos e atividades já licenciados pela CETESB e que atendam aos critérios de atividades e linhas de corte estabelecidos nesta deliberação.

Art. 12 – Sempre que um empreendimento ou atividade estiver, simultaneamente, sujeito à emissão de licenças ambientais ou autorizações por parte do Município e à emissão de autorizações ou licenças ambientais por parte da CETESB, esta será a responsável pela emissão da totalidade dos documentos.

Art. 13 - A descrição das atividades listadas no item I.e do anexo único corresponde à descrição utilizada na listagem da CNAE 2.1 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, ou a que vier a substituí-la.

Art. 14- Esta deliberação entrará em vigor na data da sua publicação.

Bruno Covas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do CONSEMA

18.293
[Signature]

GSF



12-294
A

ANEXO ÚNICO: LISTA DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO AMBIENTAL LOCAL

I. SUJEITOS AO LICENCIAMENTO MUNICIPAL

- a) Obras de transporte exercido em âmbito intramunicipal:
- Corredor de ônibus ou linha sobre trilhos para transporte urbano de passageiros, intramunicipal, em nível elevado ou subterrâneo.
 - Construção e ampliação de pontes, viadutos, passarelas e demais obras de arte em vias municipais;
 - Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;
 - Recuperação de estradas vicinais e reparos de obras de arte em vias municipais
 - Terminal rodoviário de passageiros.
- b) Obras hidráulicas de saneamento exercido em âmbito intramunicipal:
1. Aduções de água intramunicipais;
 2. Canalizações de córregos em áreas urbanas;
 3. Desassoreamento de córregos e lagos em áreas urbanas.
- c) Projetos de lazer (parques, balneários), cujos impactos ambientais não ultrapassem o território do Município e tenham capacidade máxima para atendimento inferior a 2.000 pessoas por dia.
- d) Cemitérios, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.
- e) Empreendimentos e atividades do setor elétrico, cujos impactos ambientais não ultrapassem o território do Município:
1. Linha de transmissão e linha de distribuição de alta tensão, desde que totalmente inseridas no território do Município;
 2. Subestações desde que a área do empreendimento seja igual ou inferior a 10.000 m² e totalmente inserida no território do Município.
- f) Empreendimentos e atividades industriais listados a seguir, cujos impactos ambientais não ultrapassem o território do município, que atendam, simultaneamente, às seguintes restrições:
- área construída igual ou inferior a 2.500 m², e
 - não utilização das seguintes operações:
 - lavagem ou desinfecção de material plástico a ser recuperado;
 - manipulação ou fabricação de artefatos contendo amianto;
 - tratamento térmico, tratamento superficial (galvanoplastia) ou de fusão de metais;
 - processamento de chumbo;
 - utilização de gás amônia no processo produtivo ou no setor de utilidades;
 - preservação de madeira;
 - secagem de materiais impressos, em estufas;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

19.295
P1

- espelhação;
- formulação de poliuretano (espumação);
- produção de peças de fibra de vidro;
- jateamento de areia.

1. Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis – Código CNAE: 1053-8/00;
2. Fabricação de biscoitos e bolachas – Código CNAE: 1092-9/00;
3. Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates – Código CNAE: 1093-7/01;
4. Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes – Código CNAE: 1093-7/02;
5. Fabricação de massas alimentícias – Código CNAE: 1094-5/00;
6. Fabricação de pós alimentícios – Código CNAE: 1099-6/02;
7. Fabricação de gelo comum – Código CNAE: 1099-6/04;
8. Fabricação de produtos para infusão (chá, mate etc.) – 1099-6/05;
9. Tecelagem de fios de algodão – Código CNAE: 1321-9/00;
10. Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão – Código CNAE: 1322-7/00;
11. Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas – Código CNAE: 1323-5/00;
12. Fabricação de tecidos de malha – Código CNAE: 1330-8/00;
13. Fabricação de artefatos de tapeçaria – Código CNAE: 1052-9/00;
14. Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico – Código CNAE: 1351-1/00;
15. Fabricação de artefatos de cordoaria – Código CNAE: 1353-7/00;
16. Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos – Código CNAE: 1354-5/00;
17. Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção – Código CNAE: 1414-2/00;
18. Fabricação de meias – Código CNAE: 1421-5/00;
19. Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias – Código CNAE: 1422-3/00;
20. Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material – Código CNAE: 1521-1/00;
21. Fabricação de calçados de couro – Código CNAE: 1531-9/01;
22. Acabamento de calçados de couro sob contrato – Código CNAE: 1531-9/02;
23. Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente – Código CNAE: 1529-7/00;
24. Fabricação de tênis de qualquer material – Código CNAE: 1532-7/00;
25. Fabricação de calçados de material sintético – Código CNAE: 1533-5/00;
26. Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente – Código CNAE: 1539-4/00;
27. Fabricação de partes para calçados, de qualquer material – Código CNAE: 1540-8/00;
28. Serrarias com desdobramento de madeira – Código CNAE: 1610-2/01;
29. Serrarias sem desdobramento de madeira – Código CNAE: 1610-2/02;
30. Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas – Código CNAE: 1622-6/01;
31. Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais – Código CNAE: 1622-6/02;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

19.296
A

32. Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção – Código CNAE: 1622-6/99;
33. Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira – Código CNAE: 1623-4/00;
34. Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis – Código CNAE: 1629-3/01;
35. Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis – Código CNAE: 1629-3/02;
36. Fabricação de embalagens de papel – Código CNAE: 1731-1/00;
37. Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão – Código CNAE: 1732-0/00;
38. Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado – Código CNAE: 1733-8/00;
39. Fabricação de formulários contínuos – Código CNAE: 1741-9/01;
40. Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório – Código CNAE: 1741-9/02;
41. Fabricação de fraldas descartáveis – Código CNAE: 1742-7/01;
42. Fabricação de absorventes higiênicos – Código CNAE: 1742-7/02;
43. Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente – Código CNAE: 1742-7/99;
44. Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente – Código CNAE: 1749-4/00;
45. Impressão de jornais – Código CNAE: 1811-3/01;
46. Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas – Código CNAE: 1811-3/02;
47. Impressão de material de segurança – Código CNAE: 1812-1/00;
48. Impressão de material para uso publicitário – Código CNAE: 1813-0/01;
49. Impressão de material para outros usos – Código CNAE: 1813-0/99;
50. Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico – Código CNAE: 2221-8/00;
51. Fabricação de embalagens de material plástico – Código CNAE: 2222-6/00;
52. Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção – Código CNAE: 2223-4/00;
53. Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico – Código CNAE: 2229-3/01;
54. Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais – Código CNAE: 2229-3/02;
55. Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios – Código CNAE: 2229-3/03;
56. Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente – Código CNAE: 2229-3/99;
57. Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda – Código CNAE: 2330-3/01;
58. Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção – Código CNAE: 2330-3/02;
59. Fabricação de casas pré-moldadas de concreto – Código CNAE: 2330-3/04;
60. Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração – Código CNAE: 2391-5/02;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

18.297
A-1

61. Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras – Código CNAE: 2391-5/03;
62. Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal – Código CNAE: 2399-1/01;
63. Fabricação de estruturas metálicas – Código CNAE: 2511-0/00;
64. Fabricação de esquadrias de metal – Código CNAE: 2512-8/00;
65. Produção de artefatos estampados de metal – Código CNAE: 2532-2/01;
66. Serviços de usinagem, tornearia e solda – Código CNAE: 2539-0/01;
67. Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias – Código CNAE: 2542-0/00;
68. Serviços de confecção de armações metálicas para a construção – Código CNAE: 2599-3/01;
69. Serviço de corte e dobra de metais – Código CNAE: 2599-3/02;
70. Fabricação de componentes eletrônicos – Código CNAE: 2610-8/00;
71. Fabricação de equipamentos de informática – Código CNAE: 2621-3/00;
72. Fabricação de periféricos para equipamentos de informática – Código CNAE: 2622-1/00;
73. Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios – Código CNAE: 2631-1/00;
74. Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios – Código CNAE: 2632-9/00;
75. Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo – Código CNAE: 2640-0/00;
76. Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle – Código CNAE: 2651-5/00;
77. Fabricação de cronômetros e relógios – Código CNAE: 2652-3/00;
78. Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação – Código CNAE: 2660-4/00;
79. Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios – Código CNAE: 2670-1/01;
80. Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios – Código CNAE: 2670-1/02;
81. Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas – Código CNAE: 2680-9/00;
82. Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios – Código CNAE: 2710-4/01;
83. Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios – Código CNAE: 2710-4/02;
84. Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios – Código CNAE: 2710-4/03;
85. Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica – Código CNAE: 2731-7/00;
86. Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo – Código CNAE: 2732-5/00;
87. Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação – Código CNAE: 2740-6/02;
88. Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios – Código CNAE: 2751-1/00;
89. Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios – Código CNAE: 2759-7/01;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

12-298
A1

90. Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios – Código CNAE: 2759-7/99;
91. Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme – Código CNAE: 2790-2/02;
92. Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas – Código CNAE: 2812-7/00;
93. Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios – Código CNAE: 2813-5/00;
94. Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios – Código CNAE: 2814-3/01;
95. Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios – Código CNAE: 2814-3/02;
96. Fabricação de rolamentos para fins industriais – Código CNAE: 2815-1/01;
97. Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos – Código CNAE: 2815-1/02;
98. Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios – Código CNAE: 2821-6/01;
99. Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios – Código CNAE: 2821-6/02;
100. Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios – Código CNAE: 2822-4/01;
101. Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios – Código CNAE: 2822-4/02;
102. Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios – Código CNAE: 2823-2/00;
103. Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial – Código CNAE: 2824-1/01;
104. Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial – Código CNAE: 2824-1/02;
105. Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios – Código CNAE: 2825-9/00;
106. Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios – Código CNAE: 2829-1/01;
107. Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios – Código CNAE: 2829-1/99;
108. Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios – Código CNAE: 2832-1/00;
109. Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação – Código CNAE: 2833-0/00;
110. Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios – Código CNAE: 2840-2/00;
111. Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios – Código CNAE: 2851-8/00;
112. Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo – Código CNAE: 2852-6/00;
113. Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta – Código CNAE: 2861-5/00;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

12.299
12.299

114. Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios - Código CNAE: 2862-3/00;
115. Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios - Código CNAE: 2863-1/00;
116. Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios - Código CNAE: 2864-0/00;
117. Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios - Código CNAE: 2865-8/00;
118. Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios - Código CNAE: 2866-6/00;
119. Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios - Código CNAE: 2869-1/00;
120. Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores - Código CNAE: 2941-7/00;
121. Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores - Código CNAE: 2942-5/00;
122. Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores - Código CNAE: 2943-3/00;
123. Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores - Código CNAE: 2944-1/00;
124. Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias - Código CNAE: 2945-0/00;
125. Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores - Código CNAE: 2949-2/01;
126. Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente - Código CNAE: 2949-2/99;
127. Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários - Código CNAE: 3032-6/00;
128. Fabricação de peças e acessórios para motocicletas - Código CNAE: 3091-1/02;
129. Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios - Código CNAE: 3092-0/00;
130. Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente - Código CNAE: 3099-7/00.
131. Fabricação de móveis com predominância de madeira - Código CNAE: 3101-2/00;
132. Fabricação de móveis com predominância de metal - Código CNAE: 3102-1/00;
133. Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal - Código CNAE: 3103-9/00;
134. Fabricação de colchões - Código CNAE: 3104-7/00;
135. Lápidação de gemas - Código CNAE: 3211-6/00
136. Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria - Código CNAE: 3211-6/02;
137. Cunhagem de moedas e medalhas - Código CNAE: 3211-6/03;
138. Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes - Código CNAE: 3212-4/00;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

12.300
[Assinatura]

139. Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios – Código CNAE: 3220-5/00;
140. Fabricação de artefatos para pesca e esporte – Código CNAE: 3230-2/00;
141. Fabricação de jogos eletrônicos – Código CNAE: 3240-0/01;
142. Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação – Código CNAE: 3240-0/02;
143. Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação – Código CNAE: 3240-0/03;
144. Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente – Código CNAE: 3240-0/99;
145. Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório – Código CNAE: 3250-7/01;
146. Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório – Código CNAE: 3250-7/02;
147. Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda – Código CNAE: 3250-7/04;
148. Fabricação de artigos ópticos – Código CNAE: 3250-7/07;
149. Fabricação de escovas, pincéis e vassouras – Código CNAE: 3291-4/00;
150. Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional – Código CNAE: 3292-2/02;
151. Fabricação de guarda-chuvas e similares – Código CNAE: 3299-0/01;
152. Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório – Código CNAE: 3299-0/02;
153. Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos – Código CNAE: 3299-0/03;
154. Fabricação de painéis e letreiros luminosos – Código CNAE: 3299-0/04;
155. Fabricação de aviamentos para costura – Código CNAE: 3299-0/05;
156. Fabricação de velas, inclusive decorativas – Código CNAE: 3299-0/06;
157. Edição integrada à impressão de livros – Código CNAE: 5821-2/00;
158. Edição integrada à impressão de jornais – Código CNAE: 5822-1/00;
159. Edição integrada à impressão de revistas – Código CNAE: 5823-9/00;
160. Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos – Código CNAE: 5829-8/00.

II. SUJEITOS À CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PELO MUNICÍPIO

- a) Supressão de árvores isoladas em área urbana
- b) Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) em área urbana, nos casos permitidos pela legislação federal e estadual, quando a área se apresentar sem vegetação nativa, com árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.
- c) Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) em área urbana, nos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto, quando a área se apresentar com vegetação em estágio inicial de regeneração, mediante anuência prévia da CETESB.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

12.301
JH

d) Supressão de fragmento florestal pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio inicial, mediante anuência prévia da CETESB, sendo que compete exclusivamente à CETESB a concessão de autorização para a supressão de vegetação em se tratando de parcelamento do solo urbano ou implantação de condomínio.

e) Desdobro e desmembramentos de glebas em até 10 lotes.

f) Nas Áreas de Proteção aos Mananciais – APM ou de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM, observando-se o artigo 8º desta Deliberação, os seguintes:

1. Residências unifamiliares;
2. Empreendimentos comerciais, de serviços e institucionais ou de uso misto, limitados a 10.000 m² (dez mil metros quadrados) de área de construção ou 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) de área de intervenção no terreno;
3. Movimentação de terra em volume inferior a 4.000 m³ (quatro mil metros cúbicos) ou que interfira em área inferior a 8.000 m² (oito mil metros quadrados).
4. Os empreendimentos e atividades mencionados nos itens I.a a I.e e II.a a II.e, desde que compatíveis com a legislação estadual de proteção dos mananciais.